

## ATA - 14ª REUNIÃO DO GTEC-BIM

**Local:** Sala de Situação – SEIL

**Data:** 21 de junho de 2024

**Horário:** 15h

Participantes: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), Secretaria das Cidades (SECID), Secretaria da Saúde (SESA), Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Paranacidade, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar), Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), Casa Civil, Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL) e, como convidada, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), conforme lista de presença anexa.

Às 15 horas do dia 21 de junho de 2024, ocorreu, na Sala de Situação da SEIL, a décima quarta reunião do Grupo de Trabalho Técnico BIM (GTEC-BIM) da Estratégia BIM PR. Após a confirmação das instituições presentes, a Diretora do DGI/SEIL, Lorreine Vaccari abriu a reunião agradecendo a presença de todos, iniciou sua fala com informes gerais e, na sequência, adentrou o ponto da pauta previamente definido para a reunião:

1. Discussão para posicionamento do Grupo Técnico BIM sobre a formalização, continuidade ou descontinuidade na prestação de serviços para fornecimento da solução de CDE “Central de Obras”

1.1 Breve relato do status atual do processo de aquisição do CDE do Governo do Estado do Paraná

1.2 Rodada de considerações e sugestões dos 15 membros do GTEC-BIM PR (3 min para cada instituição)

Como informes gerais, a Diretora do DGI/SEIL anunciou o Lançamento da Jornada BIM PR 2.0: Prefeituras em Foco, a ser realizado na reunião do Comitê Gestor (CG-BIM), na semana seguinte, dia 25/06/24 às 11h no Gabinete de Gestão Integrada (GGI) do Palácio Iguazu, e aproveitou a oportunidade para estender o convite a todos os membros do GTEC-BIM para a participação da referida reunião, bem como da Jornada BIM PR 2.0, a ser realizada nos dias 02,03 e 04 de julho em Curitiba.

Ainda, informou que na reunião do CG-BIM está previsto o momento de anúncio de algumas ações importantes para aceleração da implementação do BIM nos municípios paranaenses, como a criação do Canal BIM PR Prefeituras, que funcionará como uma linha

direta entre SEIL e prefeituras com o objetivo de promover a capacitação contínua dos servidores públicos municipais e auxiliar os técnicos em ações específicas de implementação do BIM, como, por exemplo, o apoio nos primeiros passos para adoção da metodologia ou o treinamento em ferramentas especializadas.

Após os informes, voltou-se às questões relevantes para o posicionamento e decisão do grupo em relação ao Ambiente Comum de Dados do Governo do Estado “Central de Obras”. Iniciou com uma breve retrospectiva sobre o processo de contratação do Ambiente Comum de Dados, realizado pela Celepar com apoio técnico especializado da SEIL, ressaltando que durante a fase interna de instrução do processo licitatório houve a intervenção da assessoria jurídica da Celepar solicitando a redução de um conjunto de requisitos técnicos, inicialmente definidos pela SEIL, afim de não cercear a competitividade. E que, a partir dos testes práticos da solução de CDE adquirida pela CELEPAR, foi possível perceber os impactos negativos da decisão de simplificação dos requisitos técnicos anteriormente definidos.

Ainda recapitulando, visto que todos os membros do GTEC-BIM tinham ciência de todo o processo, a Arq. Lorreine lembrou que a primeira colocada do pregão eletrônico foi a empresa ACCA, com a solução uS.BIMplatform, que fez a prova de conceito e cumpriu todos os requisitos. No entanto, no momento de assinatura do contrato havia uma exigência contratual referente à disponibilização e armazenamento dos dados que deveriam estar em solo brasileiro e que a empresa não conseguiu atender e, por isso, foi desclassificada.

A segunda colocada foi a empresa brasileira AltoQi que atendeu todos os requisitos técnicos e critérios contratuais. A solução contratada foi denominada pela Celepar como “Central de Obras”. No início do processo de implantação do CDE, visando aferir se a solução atendia de fato às necessidades da administração pública foram negociadas junto a Celepar a disponibilização de 50 licenças para realização de três projetos piloto, os quais encontram-se em andamento na SECID, Paranacidade e Fundepar, além de licenças disponibilizadas para equipe da SEIL que acompanha todo o processo. A COHAPAR também fez teste piloto, mas com a solução da ACCA com licenças disponibilizadas via termo de cooperação com a SEIL, visando a obtenção de resultados para futura comparação das soluções testadas.

Ao longo desse período, os órgãos que compõem o GTEC-BIM receberam o protocolo que tratava de dois assuntos: (i) Plano de Negócios proposto pela Celepar referente à contratação da solução Central de Obras e (ii) Análise e Apontamentos técnicos da solução de CDE e necessidades de melhorias.

Quanto ao Plano de Negócios, após os apontamentos realizados pelo GTEC-BIM via protocolo, a Celepar reformulou totalmente a proposta inicial e, embora ainda haja alguns questionamentos, a proposta atual do Plano de Negócios mostra-se mais aderente a realidade dos órgãos estaduais e, portanto, satisfatória.

Quanto aos apontamentos técnicos referentes à solução, a Arq. Lorreine contextualizou dizendo que foram realizadas reuniões com a AltoQi e com a Celepar para discutir os apontamentos realizados pela SEIL. Destacou que, dentre os apontamentos técnicos, o ponto crucial em discussão era referente ao fluxo de trabalho disponível no CDE e que, apesar de atender ao requisito estabelecido em edital, a ferramenta não é eficiente.

Buscando solucionar a questão mencionada a AltoQi disponibilizou outra ferramenta denominada “workflow” para substituir o fluxo de trabalho. Após os testes a equipe da SEIL/DGI concluiu que a ferramenta é mais eficiente, mas que também necessitava de adequações para atender o Estado, como a integração total com o Central de Obras e a alteração de algumas nomenclaturas. Em resposta, a AltoQi informou que para a efetivar a integração haveria um custo para transferência de dados do Ambiente da AltoQi para o Ambiente Celepar.

Assim, no dia 11/06/2024, em reunião entre a Celepar e a SEIL discutiu-se possibilidades para a integração dos ambientes, porém, ficou claro que o contrato atual entre Celepar e AltoQi não possui previsão quanto a esse tipo de integração, bem como não houve sinalização por parte da Celepar de investimento futuro afim de solucionar a questão. Diante desse cenário, definiu-se que a questão seria objeto de discussão no âmbito do GTEC-BIM para tomada de decisão quanto à continuidade ou descontinuidade na prestação de serviços da Celepar quanto ao fornecimento da solução de CDE “Central de Obras”.

Considerando os encaminhamentos da reunião entre Celepar e SEIL, a SEIL/DGI convocou uma reunião, no dia 14/06/2024, com os membros do GTEC-BIM partícipes dos projetos piloto utilizando o CDE para discutir a situação. No intuito de orientar a discussão foram elencadas, inicialmente, três opções possíveis pela SEIL/DGI, e acrescentada a quarta opção pelo Paranacidade.

Para abrir a discussão a respeito das possibilidades de posicionamento do GTEC-BIM, a Arq. Lucimara passou a apresentar as opções, conforme descrição abaixo:

**OPÇÃO 1** – Permanecer provisoriamente com o Central de Obras e iniciar um novo processo de contratação de solução de CDE

**OPÇÃO 2** – Adotar o Central de Obras como CDE único do Governo do Estado e buscar:

- (i) Melhorias e automatizações de funcionalidades identificadas como críticas (exemplo: criação de atividades)
- (ii) Integração com outros sistemas como Visus orçamento e SGPO da SECID (futura parceria Celepar e AltoQi)

**OPÇÃO 3** – Não contratar o Central de Obras e iniciar um novo processo de aquisição de solução de CDE único do Governo do Estado

**OPÇÃO 4** – Desenvolver um CDE a partir do sistema em funcionamento no Paranacidade utilizado, atualmente, para atender os convênios com as Prefeituras, mas que está passando por um processo de *upgrade* sendo a equipe de desenvolvedores da solução do quadro próprio da instituição e com possibilidade de ampliação dessa equipe. (sugestão do Paranacidade na reunião realizada no dia 14/06/2024)

A partir da apresentação das opções, a Arq. Lucimara informou os representantes do GTEC-BIM que as instituições partícipes da reunião realizada no dia 14/06/2024 decidiram por permanecer provisoriamente com o Central de Obras e ampliar a discussão para decidir o futuro do Ambiente Comum de Dados único para o Governo do Estado.

Para concluir sua fala, a Arq. Lucimara levantou a preocupação quanto às contratações em BIM em andamento no Estado e o risco dos órgãos não conseguirem receber e analisar esses projetos, caso a opção seja pela não contratação do Central de Obras.

Na sequência, a Arq. Lucimara abriu para a manifestação individual dos membros do GTEC-BIM que estavam presentes, descritas a seguir.

**COHAPAR:** Entende ser pertinente a proposição do Paranacidade, porém precisa de mais informações para avaliar se essa opção atenderia a demanda da COHAPAR, principalmente em relação a análise de modelos. Quanto a experiência com a solução da ACCA relatou que a ferramenta é extremamente funcional, porém tem receio que a distância da fornecedora, localizada na Itália, comprometa a comunicação e dificulte a solução de eventuais problemas e discussões quanto a necessidades de melhorias das ferramentas. Por outro lado, a AltoQi tem se mostrado solícita e interessada em atender as demandas do Governo do Estado do Paraná. Portanto, vota pela permanência provisória da solução Central de Obras e avanço nas discussões para avaliar as outras opções e, pensando em longo prazo, prefere a ideia de priorizar a AltoQi.

A Arq. Lorreine intervém para trazer uma informação relevante quanto ao prazo para efetuar as contratações das licenças junto à Celepar, as quais deverão ser concluídas até fevereiro de 2025, caso contrário o contrato entre Celepar e AltoQi não poderá ser renovado.

**FUNDEPAR:** Entende estar em uma posição mais confortável, uma vez que já possuem solução CDE do pacote Autodesk. Pela experiência que tiveram com o Central de Obras preferem a utilizar o que já possuem. Quanto ao voto, decide acatar o que for melhor para a maioria das instituições. Faz uma reflexão sobre a dependência da Celepar para aquisição de qualquer solução. Relata a dificuldade de justificar a contratação da solução da Celepar pelo alto preço quando comparado ao valor que a FUNDEPAR paga atualmente pela solução da Autodesk e que já está em funcionamento na instituição.

A Arq. Lorreine faz uma ponderação em relação a FUNDEPAR, que além de fiscalizar também elabora projetos e, por isso, possui necessidades específicas se comparada às demais instituições, majoritariamente contratantes de projetos.

A Arq. Lucimara, faz uma reflexão sobre o pagamento à Celepar referente ao backup dos dados da Fundepar e que, eventualmente, optando por uma outra solução de CDE, o custo de armazenamento seria pago duas vezes, questão que também deve ser considerada para tomada de decisão.

**AMEP:** A agência teve contato apenas com as soluções do pacote Autodesk que atende bem as necessidades da instituição e foi a forma de resolver uma solução imediata visto que os projetos em BIM já estão chegando para análise, porém não pode tecer nenhum comparativo visto que desconhece o Central de Obras. Aproveita para fazer referência a um ponto crítico em relação a solução da Autodesk: a dificuldade de integração com os demais sistemas utilizados pelo Governo Estado.

**DER:** Trouxe uma preocupação quanto algumas especificidades do DER em relação ao SIDER, sistema operante no DER, que poderá vir a ser substituído pelo CDE ou precisará ser integrado ao Ambiente Comum de Dados. Aponta que, atualmente, o DER está trabalhando com 2 cenários em relação ao CDE, fazendo testes com o Central de Obras e com as ferramentas do pacote Autodesk, mas entende ser fundamental que o CDE atenda às necessidades do órgão em relação a análise de modelos de forma automatizada, pois os fiscais ainda dependem de vários softwares especialistas para realizar essas análises. Também pondera que essa avaliação considera os testes com o IFC 4.3 e a possibilidade de fluxo de trabalho aberto (OpenBIM), visto que isso ainda é uma dificuldade para infraestrutura rodoviária.

**SESP:** Aponta que a maior preocupação é ficar refém da Celepar, visto que a SESP passou por outras experiências de desenvolvimento de sistemas que levaram mais de 10 anos para obter uma solução que atendesse, de fato, as necessidades da instituição. Nesse sentido, entende a opção sugerida pelo Paranacidade como uma forma de não ficar tão dependente da Celepar e acredita que essa ideia possa ser melhor trabalhada. Por fim, opta por manter provisoriamente a solução Central de Obras, pois a SESP tem alguns contratos de projetos em BIM, contratados e fiscalizados pela SECID, em andamento.

**SESA:** Pondera que o papel da SESA está mais voltado ao auxílio técnico aos municípios que possuem convênios firmados com a instituição, especialmente no que se refere às dúvidas em relação ao atendimento de normativas específicas. Ressalta que a SESA possui um banco de dados e não depende estritamente da Celepar. Não soube informar sobre o andamento das tratativas em relação ao CDE na SESA.

**SEAP:** Comenta que a SEAP não contrata projeto e obra, mas possui muitas demandas de TR e ETP para as edificações tombadas pertencentes ao Estado e, por isso, entende que outras instituições terão o CDE e a SEAP será convidada a interagir nesse ambiente como apoio à fiscalização. Portanto, a SEAP acatará o que os demais decidirem.

**CASA CIVIL:** Por não ser usuário dos programas que os demais órgãos utilizam, a Casa Civil não sinalizou a necessidade de aquisição de licenças do CDE. Da mesma forma, teme pela dependência e morosidade da Celepar no desenvolvimento de sistemas pelo histórico que acompanhou durante os anos de trabalho em diferentes Secretarias do Estado e, por isso, considera que a sugestão do Paranacidade pode ser um caminho interessante. Pelo fato de não fazer uso do CDE entende que a Casa Civil deve acatar a decisão da maioria.

**SEPL:** A Secretaria de Planejamento não desenvolve projetos, mas acompanha todo o processo que, atualmente, é operacionalizado em diversos sistemas no Governo do Estado. Entende que possuir ambiente integrado é fundamental para gestão de todo processo. Comenta ainda sobre a importância do BIM no ganho de tempo na execução das obras, mas a decisão técnica deixa para a maioria do grupo.

Em seguida, a Arq. Lucimara informa que SECID e o Paranacidade não puderam comparecer à reunião, mas manifestaram via e-mail que o posicionamento permanece o mesmo da reunião realizada com os partícipes dos projetos piloto, realizada no dia 14/06 na SEIL.

Na sequência, a Arq. Lorreine diz que após ouvir os representantes ali presentes é possível depreender que (1) todos concordam quanto a necessidade de um Ambiente Comum de Dados único e integrado aos demais sistemas do Governo do Estado; (2) nesse momento é necessário manter, ainda que temporariamente, o contrato vigente entre Celepar e AltoQi e que (3) o grupo precisa iniciar de imediato as discussões para realizar um novo processo de aquisição de CDE para o Governo do Estado.

Também comenta que as opções para o novo processo de aquisição de CDE são (i) avançar nas discussões com o Paranacidade para avaliação das questões técnicas e jurídicas e (ii) pensar em um novo processo licitatório retomando e revisando todos os requisitos técnicos necessários aos atendimento das demandas das instituições estaduais, uma vez que possuímos maturidade para isso. Ao final de sua fala, a Arq. Lorreine perguntou se esse é o entendimento do grupo e todos manifestaram estarem de acordo.

Diante do posicionamento do GTEC-BIM, como encaminhamento ficou definido que o próximo passo é iniciar o processo de contratação do Central de Obras e para isso a SEIL irá encaminhar as minutas de ETP e TR à Celepar para análise e complementações necessárias para que, posteriormente, todos os órgãos utilizem os referidos documentos como modelo.

Por fim, a Arq. Lorreine ressaltou que as contratações dos serviços do “Central de Obras” junto à Celepar deverão ocorrer até janeiro de 2025 para viabilizar a prorrogação de contrato entre a Celepar e a fornecedora da solução AltoQi e, assim, garantir a continuidade do fornecimentos dos serviços de CDE.

Em seguida, agradeceu a presença e participação de todos e encerrou a reunião.